



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, POVOS INDÍGENAS, POPULAÇÃO NEGRA,
COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS)

**Questão étnico-racial e o Serviço Social: elementos que
emergem no debate.**

Karima Omar Hamdan¹
Andréa Pires Rocha²

Resumo: O objetivo a que se destina esse trabalho refere-se a contextualizar como a discussão sobre a questão étnico racial vem sendo incorporada pelo Serviço Social. A problemática que a priori emerge e que busca-se responder refere-se a: Como historicamente o Serviço Social vem realizando discussões sobre a questão Étnico-Racial no que tange a população negra? Para alcance de tal objetivo é realizada uma revisão bibliográfica e os resultados apontam que existe a necessidade de constante investigação sobre as relações Étnico-Raciais pelo Serviço Social, bem como sobre o mito de democracia racial.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais; Serviço Social; População Negra.

Abstract: The objective of this work is to contextualize how the discussion on the ethno-racial issue has been incorporated by Social Work. The problem that a principle emerges and that we seek to answer refers to: How has Social Service historically been carrying out discussions on the Ethnic Racial issue with regard to the black population? To reach this goal a literature review is conducted and the results indicate that there is a need for constant research on Ethnic Racial relations by Social Service, as well as on the myth of racial democracy.

Keywords: Ethnic Racial Relations; Social Service; Black Population.

¹ Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR/Paranavaí. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá- UEM. Doutoranda do Programa Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina- UEL. Email: karimahamdan2017@yahoo.com

² Docente do Departamento de Serviço Social da UEL, Doutora em Serviço Social pela UNESP-Franca, Mestre em Educação pela UEM – Universidade Estadual de Maringá, graduada em Serviço Social pela UNESP-Franca. Pós-doutorado em Serviço Social pela ESS-UFRJ. Email: drea_rocha@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Dados estatísticos têm reiteradamente revelado intensas disparidades entre a população negra e parda em relação a população branca no país, os primeiros ficam bem aquém no que tange o acesso a saúde, ao mercado de trabalho qualificado, ao grau de escolaridade, a exposição a violência entre outros itens que revelam uma história de desigualdade profunda que tem suas raízes em um passado de escravização que necessita ser constantemente revisitado a fim de se fortalecer uma luta antirracista em dias atuais. Nesse interim se revela também a importância que o Serviço Social, enquanto uma profissão que em seu cotidiano atende aqueles que vivenciam os resquícios das expressões da questão social, buscar aprofundamentos teóricos metodológicos que envolvam a temática.

A motivação inicial para a realização desse estudo advem do processo, ora em desenvolvimento de doutorado, cujo objeto de estudo centra-se nas relações Étnico-raciais e os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social, quando o contato com a bibliografia que envolve o assunto permite afirmar que embora pesquisadoras negras como Elisabete Aparecida Pinto, Magali da Silva, entre outras, tenham, principalmente, a partir do final da década de 1980 produzindo material bibliográfico e incentivado o debate sobre a temática, e mais recentemente o conjunto CFESS/CRESS tenha lançado uma campanha que versa sobre a necessidade da discussão e as formas de entendimento sobre essa questão, o assunto necessita de incessantes aprofundamentos teóricos.

Importante mencionar ainda que fatores econômicos e sociais podem ser facilmente encontrados para justificar estudos na área, o Boletim Especial 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicado em 2021 expõe dados sobre o período de pandemia de covid-19 no país e seus reflexos para a população negra, o documento esclarece que a integração da referida parcela populacional no mercado de trabalho tem a história cingida por adversidades mais amplas do que as enfrentadas pelos não negros e podem ser citadas: maiores taxas de desemprego, menores remunerações, ocupações precárias, subtutilização e menores rendimentos como elementos que compõem as variadas adversidades que vivenciam homens e mulheres negras.

O Boletim do DIEESE ainda informa que o período pandêmico evidencia de maneira mais drástica as desigualdades, uma vez que na época do isolamento, um contingente maior de mulheres e homens negros perde seu posto de trabalho e retorna para casa, sem indicativo de nova contratação. Esses trabalhadores e trabalhadoras, antes do início da



campanha de vacinação, em termos proporcionais é o público que mais retorna ao trabalho, devido à exigência de recursos relacionados a sobrevivência, se expondo assim ao maior risco de adoecimento e morte relacionado a pandemia de covid-19.

No final de 2020 começa a avançar a imunização e assim há também um aumento no que tange os níveis de ocupação de negros e não negros, todavia quase 40% dos negros que antes estavam imersos no mercado de trabalho não retornam ao mesmo, segundo o Boletim do DIESSE essa informação suscita questões para além das relacionadas a questões laborativas, uma vez que dados do Ministério da Saúde, informa que os negros têm 40% mais probabilidades de falecer em decorrência de covid-19 – já que são mais expostos a pandemia. O Boletim do DIEESE ainda assinala que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que os negros representam 57% dos mortos pela doença, enquanto os brancos somam 41%.

Enfim dados como os citados apontam como as expressões da questão social se manifestam na vida da população negra em nosso país, o que por si já justificaria a realização de uma pesquisa na área, mas soma-se a isso o fato do Serviço Social ter como objeto de atuação as expressões da questão social o que impõe a necessidade constante de aprofundamentos em temas que se relacionem e para além sejam estruturantes da questão social, como no caso do racismo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONEXÃO ENTRE A QUESTÃO SOCIAL E O RACISMO E O PROPAGADO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Entre variados desafios postos aos profissionais de Serviço Social não há como deixar de mencionar a importância do debate sobre a questão étnico racial, em especial no que tange a população negra. Porém antes de iniciar uma discussão envolvendo essa questão, convém esclarecer alguns pontos.

Segundo Moura (1994) a questão do racismo abarca opiniões divergentes e conflitantes devido ao seu significado social e que vem sendo sustentáculo de manutenção da ordem burguesa e é somente o situando em meio ao ordenamento do capitalismo que é possível desvelar seu significado ao longo da história bem como no cenário atual.

É notório que não há uma teoria científica que justifique o discurso de superioridade étnica, nesse sentido segundo o referido autor o racismo possui um papel político, econômico e social e em variados períodos ele se revigora e é praticado de forma desafiadora, exatamente porque ideologicamente tem a função de propiciar o domínio e a expansão de nações dominadoras sobre nações e territórios dominados.



Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais. (MOURA, 1994, p. 01)

Não há como negligenciar que existe uma conexão profunda entre racismo e questão social, pois é possível compreender que ambos são estruturas e estruturantes das relações sociais no Brasil, uma vez que ao visitar a História do país resta evidente que o trabalho escravizado é a base da sociedade colonial e não há dúvidas sobre as condições desumanas e exploratórias nas quais este trabalho compulsório se realiza. Toda a realidade degradante a qual é vivenciada pela população negra do período escravagista é justificada a partir de discursos que tratam de desumanizar a mesma, assim se obtém êxito na naturalização de toda a barbárie cometida e como consequência o racismo é renovado e perpetuado até os dias atuais.

O necessário debate da questão étnico-racial efetiva-se na medida em que a mesma, sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução, deve ser considerada como um dos eixos estruturais e estruturantes das relações sociais. Sobretudo, quando se tem por horizonte a superação desta sociabilidade, que alcança no atual estágio de crise do capital os patamares mais insustentáveis de vida, gerando a absurda contradição entre o modo de produção e o pleno desenvolvimento das condições de vida e usufruto coletivo do que é produzido por parte de seus/suas reais produtores/as (ABEPSS, 2018, p. 16).

Importante mencionar que o racismo científico é aplicado nas teorias raciais em voga no Brasil a partir do século XIX. Com o aprofundamento do capitalismo no final do período da escravização a relação de produção até então adotada passa a ser compreendida como entrave a imigração de europeus no país bem como responsável pelo atraso brasileiro no que tange seu desenvolvimento social e econômico. Nascimento (2019) esclarece que ao final do período da escravidão há uma culpabilização dos negros e seus descendentes (agora libertos a própria sorte já que não lhes fora disponibilizado o mínimo de resquícios da riqueza que ajudaram a alavancar para a aristocracia agrária e para o país) pelos infortúnios econômicos e sociais que afligem o Brasil, sendo assim os mesmos passam a ser entendidos e apontados como pertencentes a uma “raça” inferior. Essa questão ganha tamanha evidencia que ideias de embranquecimento da população passam a ser defendidos



por parte de intelectuais e políticos, nesse sentido a aposta é que a imigração em massa de brancos europeus pode contribuir de forma decisiva ao longo dos anos para tal intento.

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro – a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros [...]. (SKIDMORE, 2012, p. 81).

As ideias defendidas pelos teóricos do embranquecimento da população brasileira são frustradas, esclarece Guimarães (1999), e a ideia de que a sociedade está dividida em raças que supostamente representam uma hierarquia biológica já foi superada pela ciência, somos todos pertencentes a uma única raça a humana e a mesma é composta por variadas etnias. Corroborando Telles (2003) ao pontuar que a terminologia raça a partir de uma perspectiva sociológica é uma construção social sem legitimidade biológica, mas que vem sendo utilizada por intermédio de ideologia racista e é perpetuada em práticas sociais que contribuem para o ordenamento social tal qual o conhecemos.

Sob essa perspectiva pode se verificar como o conceito da existências de raças distintas é utilizado como um mecanismo de manutenção da exploração capitalista, Ianni (1978) esclarece que a exploração do trabalho por intermédio da escravização negra trata-se de um processo interligado a expansão do capital comercial na Europa. O acirramento das relações mercantis no capitalismo acabam por repercutir em uma contradição devido a existência de trabalho escravizado nas colônias em concomitância com trabalho assalariado, nesse sentido a condição de escravizado antecede a condição de operário e a escravização está conectada com os primórdios do capitalismo e do operariado europeu. A partir desses apontamentos é possível apontar que a mesma é fundamental para o desenvolvimento e aprofundamento do sistema capitalista.

Florestan Fernandes (2007) esclarece que a escravidão é parte constituinte do capitalismo, nesse sentido também reforça o autor que o trabalho assalariado se constitui a partir de uma sociedade pré capitalista e colonial, assim não há como negar que a questão racial esta interligada com as relações entre as classes sociais.

Esses apontamentos são premissas para se pensar sobre a origem e o desenvolvimento da classe trabalhadora no Brasil, nesse sentido disserta Moura (1992) que o intento das elites de branqueamento da população brasileira se torna um fato real e nesse contexto as estruturas que mantem a propriedade privada até então continuam inabaladas. O autor ainda acrescenta que com o fim da escravização o ex cativo é marginalizado e assentado nos postos mais degradantes do sistema de trabalho livre, nesse sentido o racismo é remanejado e o que se observa é a elaboração de maneiras que impeçam que a



população negra e seus descendentes participe de forma menos injusta na sociedade. Importante salientar que nessa época, devido toda a herança da constituição de sua história colonial o país assume um modelo de capitalismo dependente.

3 RESULTADOS

3.1 O SERVIÇO SOCIAL E AS DISCUSSÕES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

As implicações contíguas do aprofundamento do modo de produção capitalista no Brasil no início do século XX são facilmente observáveis por intermédio do processo de industrialização e urbanização, estes por sua vez tornam mais expostas as sequelas da questão social e a partir de então o modo como a sociedade se organiza passa a requisitar a adaptação e o surgimento de novas profissões, e entre elas o Serviço Social.

A crise mundial do capitalismo no final dos anos de 1920 acaba por redimensionar as funções do Estado no que tange sua relação com a força de trabalho, e assim no Brasil são modificadas as forma de gerir as refrações da questão social, que a partir de então não é apenas tratada de forma repressiva, mas também por intermédio da administração de políticas sociais, essa alteração faz emergir a necessidade da contratação de um técnico que possa auxiliar na oferta de respostas as tensões sociais do período, nesse sentido percebe-se então a vinculação entre a atuação do assistente social e a questão social.

Netto (2007) afirma que os principais espaços sócio-ocupacionais destinados aos primeiros assistentes sociais estão interligados as sequelas negativas do processo econômico do referido período, e o público atendido é oriundo da classe trabalhadora, acrescenta lamamoto (2006) que no período de sua gênese no Brasil, na década de 1930 o Serviço Social adota uma postura de neutralidade frente aos interesses sociais do Estado e da classe trabalhadora e nessa perspectiva se afasta de análises que envolvam criticidade em relação a realidade das relações sociais.

Ainda nas décadas de 1930 e 1940 segundo Netto (2007) fica muito evidente a vinculação do Serviço Social a ideais cristãos fundamentados em um modelo de assistencialismo no qual a igreja católica assume posição de centralidade, em meio a esse processo ainda cabe pontuar que nesse cenário o conservadorismo apresenta grande influência no amago da profissão. A quadra histórica em questão é marcada pela transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, período definido pelo autor como aquele no qual o capital expande seus alicerces de exploração com a finalidade de expandir o seu



rendimento financeiro. Corroborando com o autor sobre a expansão do capitalismo monopolista e o Serviço Social, esclarece Forti (2013):

[...] com um posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista. Essa concepção conservadora, não jogando luz sobre a estrutura societária, contribui para obscurecer para os Assistentes Sociais, durante um amplo lapso de tempo, os determinantes da “questão social” e caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99).

Porém, de acordo com Netto (2005) a instauração do regime autocrático burguês, em 1964, implica posteriormente em transições significativas para a profissão, pois a mesma vai começar a vivenciar a Renovação no Serviço Social, não é o objetivo aqui explicitar o processo que se inicia e que no decorrer da história foi decisivo para impulsionar o movimento de Reconceituação, mas é importante citar que o mesmo questiona o conservadorismo que se mantém presente na profissão, e que as modificações que passam a ocorrer na profissão são possíveis devido a algumas particularidades entre eles a conjuntura política da época de repressão a movimentos sociais, a interlocução com as ciências sociais e a adoção da teoria social crítica de Marx.

Ainda sobre esse período histórico e os novos rumos que a partir de então são adotados cabe ainda sinalizar que é em meados da década de 1970, segundo Netto (2006) que começa a ser gestado o Projeto Ético Político do Serviço Social, uma vez que a direção social da profissão conforme se pontua até o presente começa a sofrer substanciais modificações. O Serviço Social se propõe a partir de então a assumir um posicionamento mais crítico frente a realidade social.

Na década de 1980 ainda ocorre a aprovação do currículo mínimo, mais precisamente em 1982 o que culmina na aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996. Enfim, nesse processo ocorrem alterações substanciais realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no conteúdo formulado para o referido currículo, mas mesmo com esses ajustes avanços são alcançados e a partir de então adota-se a discussão sobre o direcionamento da formação profissional, seus objetivos e conteúdo, bem como sobre a função social da profissão, além de ser enfatizado a importância no desenvolvimento de uma prática reflexiva e consequente sobre as relações de classe que incidem na realidade brasileira.

Os conteúdos que compõem o processo formativo iluminam os futuros processos interventivos e nesse sentido são espaços de disputa de distintos projetos profissionais que se expressam na definição das diretrizes curriculares e posteriormente na matriz curricular



de cada instituição de ensino e acabam por refletir também na efetivação da disciplina em sala de aula. Há imbricado nesse processo um liame entre o projeto educacional, profissional, de universidade e de sociedade que não se institui de maneira automática, mas que devido as particularidades históricas e exigências do Serviço Social deve priorizar a defesa de uma formação totalitária e não apenas para a realização das atividades relacionadas ao exercício profissional o que implica na necessidade do fomento do pensamento crítico.

Segundo Cardoso (2016) é notório que desde o início da profissão distintas perspectivas convivem e se expressam nos projetos profissionais construídos coletivamente pela categoria e vão se alternado em relação ao direcionamento ético, político e intelectual adotado pela maioria dos agentes profissionais. A hegemonia de uma ou outra perspectiva se expressa e se constitui a partir da formação acadêmico profissional. Esse fato revela que os projetos políticos pedagógicos também se constituem em espaços de disputa entre distintos projetos profissionais, uma vez que:

Desde 1953 os conteúdos e disciplinas eram organizados na forma de um currículo mínimo, que deveria ser seguido por todos os cursos em nível nacional, ou seja, todos os cursos do Brasil tinham o mesmo currículo-base em andamento (com acréscimos que entendessem necessários), definido coletivamente pelas entidades da categoria e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2012, por determinação do MEC, num processo de contrarreforma da educação, os currículos mínimos foram substituídos por diretrizes curriculares, mais flexíveis e sem determinação de disciplina, apenas conteúdos mais gerais. A partir de tais diretrizes, cada unidade de ensino organiza seu projeto político-pedagógico e sua matriz curricular, não havendo uma unidade de currículos nacionalmente. (CARDOSO 2016, p.434)

Ainda que cada unidade de ensino desde 2012 possa organizar seu projeto político pedagógico e sua matriz curricular o debate e a definição para elaboração das diretrizes curriculares demonstram o direcionamento intelectual e político que se pretende consumir pela categoria. Importante ressaltar que entende-se como indispensável aprofundar as discussões que envolvam aspectos Étnico-Raciais e o Serviço Social, só pode ser compreendido de maneira exógena, situado na trama das relações sociais, pois só assim é possível entender como se origina, se desenvolve e quais as necessidades prementes para que a profissão mantenha sua instrumentalidade ao longo da história e para tanto há que situá-la no desenvolvimento da sociedade capitalista, no âmago das relações antagônicas entre as classes e não há como apartar a história da escravização no Brasil nem o racismo estrutural de todo esse processo.



Na direção do enfrentamento aos desafios que surgem ao serviço social há que se evidenciar a necessidade de que a discussão Étnico-Racial cada vez mais lucre evidencia no processo formativo.

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/ secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação e, nesse sentido, podemos citar Rocha (2014), Almeida (2016), Dias Almeida (2015), dentre outras..]” (ABEPSS, 2018,p.16).

Os núcleos de fundamentos que compõem as diretrizes curriculares têm que estar voltados as disciplinas que produzam:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABESS, 1996, p. 07 apud ABEPSS, 2018, p.18)

As orientações de Eurico (2017) apud ABEPSS (2018) ainda esclarecem que os três (3) núcleos de fundamentos que compõem as diretrizes curriculares, a saber: o de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o do trabalho profissional tem que estar baseados em conteúdos que promovam uma formação antirracista. O perfil profissional e intelectual almejado exige que o assistente social seja capacitado em termos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para decodificar as mediações que compõem a realidade e mantém o exercício profissional com a população negra e é exatamente nesse cotidiano que são gestadas formas e estratégias que permitam maior acesso por parte dessa população a direitos sociais, a formas de organização em prol de lutas coletivas afim de suplantar o racismo institucional.

O compromisso ético-político que a profissão vem assumindo historicamente de luta por uma sociedade com mais justiça social e com superação da desigualdade entre as classes, requer que as discussões Étnico-raciais não se aparte dos debates que estão



sendo realizados, como por exemplo o da contrarreforma do Estado, que incide diretamente sobre a vida da população mais pobre, o da reestruturação produtiva, que impele para as relações de informalidade uma quantidade sem precedentes de trabalhadores; da criminalização da pobreza; e do extermínio da juventude pobre, pois essas manifestações da questão social atingem em maior profundidade a população negra. ABEPSS (2018) ainda esclarece que a atualidade das Diretrizes curriculares se confirma

[...]uma vez que o projeto de formação profissional – a despeito dos enormes desafios diante do avassalador processo de mercantilização do ensino superior e dos desafios apresentados à direção social e ao acúmulo do perfil crítico no Serviço Social – tem sido fundamental para o enfrentamento do conservadorismo e dos fortes retrocessos no campo dos direitos sociais com os vorazes ataques à classe trabalhadora nos últimos anos (ABEPSS, 2018, p.20)

Enfim, os breves apontamentos aqui realizados sobre o Serviço Social permitem afirmar que a profissão não possui um percurso histórico linear e assim cada momento vivenciado obedece a fatores que circundam a realidade social. A partir dessa perspectiva corrobora ABEPSS (2018), ao afirmar que o Serviço Social no Brasil vem alcançando legitimidade como uma profissão que tem o exercício profissional socialmente determinado e que, por conseguinte seus agentes estão subordinados as determinações e contradições da condição de trabalhador assalariado. Nesse sentido, as transformações societárias além de incidirem em relação aos rumos adotados na profissão, bem como na vida dos profissionais e dos usuários dos serviços ofertados, tornam-se também desafios a serem compreendidos e não se aparta desse contexto a necessidade da compreensão dos fatos históricos que até hoje insidem na realidade social do país.

3.2 O Serviço Social, a questão social e a influência do mito da democracia racial na genese da profissão: uma tematica a ser revisitada.

Várias questões emergem das relações de explorações a que são expostos os negros logo após a época de escravização como, a ausência de postos formais de trabalho, a necessidade de habitar locais insalubres como as moradias coletivas, que no Rio de Janeiro, por exemplo, após a reforma urbanística do início do século XX são em sua maioria desativadas pelo poder público. Concomitantemente há uma expansão de loteamentos clandestinos e irregulares nas periferias, ausência ou poucas condições de escolarização. Nota-se a discrepância de oportunidades, uma vez que em meados do século XX os imigrantes, devido a todo incentivo recebido, já haviam alcançado melhores condições de vida para si e sua família e os negros continuavam sem nenhum tipo de assistência por



parte do Estado. Diante do exposto não há como creditar a ideia de democracia racial, uma vez que a população negra não tem as mesmas oportunidades e se quer são tratados de maneira igualitária, a liberdade nesses termos é um ordenamento jurídico, porém não a acompanha um planejamento social inclusivo como resultante desse processo as marcas da escravização permanecem e refletem na vida daqueles que descendem diretamente dessa história.

Sobre o Serviço Social no início do século passado ao realizar a reflexão sobre as origens da profissão no Brasil é possível pontuar, segundo Gonçalves (2018) que os trabalhadores negros são apartados do atendimento dos primeiros assistentes sociais e um dos motivos dessa ação se dá devido as ações de tentativa de embranquecimento da população. Conforme exposto anteriormente não há uma iniciativa do Estado brasileiro de incorporação dessa parcela populacional se quer no exército industrial de reserva e consequentemente não há políticas planejadas para o atendimento da mesma.

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugênica do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (GONÇALVES, 2018, p.515).

Nesse sentido, segundo a referida autora, a questão racial não é unicamente uma expressão da questão social, ela é uma das bases do antagonismo entre as classes na sociedade brasileira pois, o capitalismo trata de esconder rapidamente as raízes das mazelas imbricadas na questão social. E assim o fez com a escravização, tratou logo de resolver o excedente de mão de obra na Europa importando-a ao Brasil para substituir o trabalho escravizado, logrou duplo êxito, a partir de então os negros abandonados à própria sorte, sujeitos a uma política eugênica, ainda são acusados de serem um problema social.

A urbanização segregacionista do final do séc. XIX e início do séc. XX, das cidades brasileiras, segundo Gonçalves (2018) também utilizam medidas de eugenia na medida que cortiços são demolidos, o centro é estabelecido para as elites dominantes. No Rio de Janeiro para enfrentar essa situação os negros se organizam em uma tentativa de enfrentar essa situação, mas o poder público trata logo de usar a força policial para acabar com esse movimento e ainda lança mão do discurso de que o negro pertence as classes perigosas e



as moradias coletivas são vinculadas a epidemias de doenças como a febre amarela. Assim uma questão sanitária é rapidamente transformada em questão moral e a solução encontrada é a de extinguir esse tipo de moradia do centro da cidade como forma de resolver o aumento de contágio de doenças, afastar aqueles que originam problemas para a polícia e por fim ainda se estabelece políticas de controle social.

Ações dessa natureza rotulam os negros como pertencentes as classes perigosas, mesmo antes de terem a chance de se tornarem pertencentes a classe trabalhadora. Devido a constituição eugênica da classe trabalhadora no Brasil os ex escravizados não conseguiram se enquadrar se quer no exército industrial de reserva, resta aos negros então uma vida muito precarizada e assim os mesmos tornam-se alvo de ações caritativas em especial da Assistência Social, aqui tem-se o encontro do Serviço Social e as Classes dita perigosas, levando em consideração o estreito vínculo que a profissão tem em sua origem com a Igreja Católica.

[...]Salta aos olhos, por exemplo, a Carta Constitucional de 1934, que vislumbrava introduzir na legislação brasileira um programa unitário de ação social. Do capítulo Assistência Social, art. 138, lê-se: Incumbe à União como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal: velar pela saúde pública assegurando o indispensável amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e estimulando os serviços sociais cujas finalidades procurará coordenar; incentivar a educação eugênica e sexual; [...] adotar medidas de higiene social, visando impedir a propagação das doenças transmissíveis; socorrer as famílias de prole numerosa; cuidar da higiene mental incentivando a luta contra os venenos sociais. Parágrafo único: todos os problemas relativos à saúde e à assistência públicas serão estudados e coordenados por Conselhos Técnicos e pelos órgãos criados visando o aperfeiçoamento da raça. (AGUILAR FILHO, 2011, p. 104 apud GONÇALVES, 2018, pgs. 518 e 519).

A partir desse fragmento a referida autora pontua o que as classes dominantes desejam que a atuação do Serviço Social viesse promover, nota-se o cunho conservador e a questão social representada apenas como questão moral. Com o tempo a profissão abandona as ações de caridade e ao intervir produz resultados na vida daqueles que atende, porém a população negra do período tinha outros órgãos dedicados ao “aperfeiçoamento da raça.”

Muitos debates teóricos têm se construído sobre a questão social na profissão, todavia aparta-se da discussão a questão racial, nesse sentido o debate também se afasta em relação a aqueles que no início do séc. XX não é permitido ao menos pertencer ao exército industrial de reserva. Na década de 1930 o branqueamento é pauta política do Estado e de instituições ligadas a ele e a Igreja Católica também se insere nessa conjuntura em sua luta contra o avanço das ideias comunistas, na luta por manutenção de fiéis e pela propriedade privada.



[...]Sendo a fé católica considerada um dos elementos constitutivos da nacionalidade, não será obra do acaso se nomes expoentes do mundo católico aderem ao integralismo. Notáveis representantes da Ação Católica e do clero nutriam fortes simpatias pelo fascismo europeu[...]”(GONÇALVES, 2018, p. 519).

Importante salientar que ainda nas primeiras décadas da profissão surgem publicações no Serviço Social que exortam traços eugênicos na sociedade brasileira ainda são presentes o racismo, o preconceito, a xenofobia, a inferiorização e culpabilização dos negros pela própria condição precarizada. Porém apesar de todos a esses apontamentos sobre o passado conservador da profissão a questão que emerge, segundo a autora refere-se a dificuldade, mesmo na atualidade, do Serviço Social em reconhecer que a questão racial é nuclear a questão social.

4 CONCLUSÕES

É notório que a questão social é resultante da relação contraditória entre as classes sociais no modo de produção capitalista, autores como Lamamoto, Netto e outros no Serviço Social em suas análises baseiam-se nessa perspectiva, porém não há como pensar na constituição sócio-histórica brasileira, sem pensar que a questão racial é um dos seus desdobramentos, o racismo, também estão envolvidos nessa relação. Elementos esses que são decisivos para a o estabelecimento e a manutenção da ordem burguesa, pois entende-se que as situações de desigualdade que envolvem a população negra só pode ser descortinada ao se compreender o papel que o racismo exerce na sociedade enquanto sustentáculo de uma relação de poder que uma classe social tem sobre a outra. O racismo é componente que torna o capitalismo sistema hegemônico e também atua como um componente que auxilia na fragmentação da classe trabalhadora, não há como eliminar a ordem do capital sem sobrepujar a questão social e para tanto há que se considerar a questão racial.

Por fim diversos autores e entre eles Rodrigues (2018) esclarecem que a incorporação de maneira tardia de debates sobre a questão Étnico-Racial por parte do Serviço Social, pode estar entrelaçado com a tradição marxista que credita que os problemas raciais são resolvidos por intermédio da luta do proletariado de uma maneira totalitária. Todavia, essa perspectiva não considera que o racismo também se estabelece junto ao trabalhador branco que ideologicamente se identifica com ideais elitistas.

Cabe sinalizar que menosprezar ou negar que as determinações raciais estão presentes no processo de formação das classes sociais traz consequências como a falta de



reconhecimento de armadilhas que tornam-se maneiras de legitimar involuntariamente ações daqueles que exploram sobre os que são explorados. Destaca-se ainda a necessidade de constante investigação sobre as relações Étnico-Raciais pelo Serviço Social, bem como sobre o mito de democracia racial já que esta funciona como armadilha ideológica de controle social a fim de mascarar a relação de exploração a que são expostos até os dias atuais a maioria da população negra no Brasil e que representam a maior parte dos usuários dos serviços ofertados pelos assistentes sociais.



6 REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. 2018. http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 08/07/2021

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. In: **Serviço Social e Sociedade**. [online]. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.079>. Acesso em:08/07/2021

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio Economicos. Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia. **Boletim Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra**. Dieese, São Paulo, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.html>. Acesso em março de 2021.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 3ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GONÇALVES, Renata. Quando a Questão Racial é o Nó Questão Social. **Revista Katálysis**. Vol. 21. Nº 3 .Florianópolis: 2018. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em 10/07/2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 1994. Disponível em: <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>. Acesso em: 21/05/2021

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**.3ªed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. **Saúde e Serviço Social: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 2003.